

Fricção interétnica

A expressão fricção interétnica indica uma das linhas primordiais de investigação existentes na etnologia brasileira. Em vez de tratar analiticamente as sociedades indígenas como totalidades fechadas e auto – explicáveis em seus próprios termos, os pesquisadores dessa perspectiva enfatizam a necessidade de se entender os grupos indígenas em sua relação de incorporação à sociedade brasileira.

Deve ser evitada uma analogia direta com o que representaram os estudos de aculturação para a antropologia norte americana e as pesquisas sobre contato cultural (cultural contact) e mudança social (social change) para a antropologia britânica. A conceituação de fricção interétnica surge da discussão e da crítica dessas abordagens, pretendendo justamente desenvolver um modelo analítico alternativo mais adequado ao estudo da realidade indígena brasileira.

B. A preocupação dos especialistas com o fenômeno do contato entre os grupos tribais e a sociedade nacional é bem antiga. H. Baldus em seus *Ensaio de Etnologia brasileira* (São Paulo, Nacional, 1937) já apontava a importância do estudo da mudança cultural entre os índios brasileiros.

Nas investigações subsequentes o conceito de aculturação, algumas vezes usado apenas de forma nocional e indicativa, outras diretamente retirado da literatura especializada norte americana, começa a impor-se progressivamente. A. Silva descreve em uma monografia o processo de aculturação do Terêna (*Mudança cultural Terêna*. In: *Revista do Museu Paulista* [n.s]. São Paulo, 1949. v. II, p. 271-379). Alguns pesquisadores estrangeiros realizam dentro dessa perspectiva estudos monográficos sobre vários grupos indígenas, como os Terêna e os Kadiwéu (OBERG, K. *The Terena and Cadweo of Southern Mato Grosso, Brazil*. Washington, Smithsonian Inst., 1949), os Cayuá (WATSON, J.B. *Cayuá culture change: a study in acculturation and methodology*. In: *American anthropologist*. Menasha, 1952. v.2) e, alguns anos mais tarde, os índios Mundurukú do rio Madeira (MURPHY, R. F. *Head – hunter's heritage*. Berkeley, Univ. of California Press, 1960; _____. *Tappers and trappers: parallel process in acculturation*.

In: *Economic development and cultural change*, 1956. v. IV, p. 335 – 55). Uma monografia notável apoiada no conceito de aculturação foi redigida por C. Wagley e E. Galvão (*The Tenetehara indian*. Washington, Smithsonian Inst., 1949); este último autor, baseando-se no “contínuo folk

urbano” elaborado por R. Redfield reflete mais tarde sobre as relações entre índio e brancos na Amazônia (Aculturação indígena no rio Negro. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi [n.s.]. Antropologia 7. Belém, 1960; e Encontro de sociedade tribal e nacional no rio Negro, Amazonas. In: Actas y memorias. Congreso Internacional de Americanistas. México, 1962; os dois textos estão reunidos no livro intitulado Encontro de sociedades, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979). Devem ser mencionadas ainda as pesquisas de W.D. Hohenthal sobre os grupos indígenas do nordeste (Notes on the Shucurú indians of serra Ararobá, Pernambuco, Brazil. In: Revista do Museu Paulista [n.s.]. São Paulo, 1960. v. XII, p. 37 – 86).

Esses estudos têm prosseguimento durante a década dos 60, contribuindo de forma significativa para ampliar o conhecimento sobre como se dá a mudança social em diferentes tribos.

Cabe destacar especialmente o trabalho de um grupo de pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo, englobando o próprio H. Baldus (O xamanismo na aculturação de uma tribo Tupi do Brasil central. In: Revista do Museu Paulista [n.s.]. São Paulo, 1964. V. XV, p. 319 – 27), E. Schaden (Estudos de aculturação indígena. In: Revista do Museu Paulista [n.s.]. São Paulo, 1963. v. XIV, p. 263 – 68; Aculturação indígena. In: Revista de antropologia. São Paulo, 1965. N. 13), F. Fernandes (Os tupis e a reação tribal à conquista. In: Mudanças sociais no Brasil. São Paulo, Difel, 1960) e R.B. Viertler (Os Kamayurá e o alto Xingu. São Paulo, Inst. de Estudos Brasileiros, 1969).

Vinculado a uma orientação semelhante, deve ser aqui lembrada a análise realizada por T. Azevedo sobre a educação dos indígenas nas missões jesuíticas (Catequese e aculturação. In: Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966).

B.1. Em alguns trabalhos traçam-se novas linhas de investigação para o etnólogo, sem contudo implicar questionamento do conceito de aculturação. As pesquisas realizadas por C. Wagley chama atenção para os pressupostos demográficos do funcionamento de certas instituições sociais, mostrando como uma simples redução do contingente populacional de uma tribo pode conduzi-la a redefinir os grupos de que se compõe, a modificar as suas regras de recrutamento, a reajustar as sua noções sobre aliança e moralidade (c.f. Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapirapé. In: Sociologia. São Paulo, 1942. V. IV, n. 4, p. 407 – 11; Cultural influences on population: a comparison of two Tupi tribes. In: Revista do Museu Paulista [n.s.]. São Paulo, 1951. V. 5, p. 95 – 104). Outros estudos empreendidos por D. Ribeiro enfatizam mais a função do meio ambiente (e das modificações por ele sofridas) como fator explicativo das instituições sociais e da vida cerimonial dos grupos indígenas (ver Os índios Urubu – ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical. In: Anais do XXXI

Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo, 1955. v. I; Convívio e contaminação – efeitos dissociativos da despovoação provocada por epidemias em grupos indígenas. In: Sociologia. São Paulo, 1956. v. XVIII, n. 1, p. 3-50); mais tarde esses trabalhos foram publicados em livro, o primeiro Uirá vai à procura de Maíra (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970), o segundo em Os índios e a civilização (2. Ed. Petrópolis, Vozes, 1978). É importante sublinhar, no entanto, que em ambas as formulações a preocupação fundamental do pesquisador continua a ser com o estudo da ordem tribal tradicional, o contato sendo visto sempre por seus aspectos negativos e destruidores, enquanto fator de desordem na vida da sociedade.

B.2. Uma formulação crítica quanto ao conceito de aculturação surge em E. Galvão na I Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, 1953). Galvão pondera que uma abordagem em termos exclusivamente de aculturação apresenta pouco valor, sendo necessário desenvolver uma perspectiva mais inclusiva que permita desvencilhar-se daquelas limitações. Isso significa abranger fatores extralocais que condicionam a existência de uma comunidade indígena, como sejam as características da cultura cabocla, a natureza e os fatores que determinam os avanços e recuos das frentes pioneiras (GALVÃO, E. Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. In: Revista de antropologia. São Paulo, 5(1): 67 – 74, 1957).

Ele distingue entre “o registro do mecanismo de mudanças ocorridas nas culturas indígenas” ou o estudo do “mecanismo de mudança cultural em processo” (que identifica com a aculturação) e a pesquisa de problemas conexos à mudança cultural (o que designa por assimilação). Galvão sugere que os pesquisadores passem a refletir sobre as situações de contato mais em termos de assimilação e menos em termos de aculturação.

Considerando a situação de grupos indígenas como os Tenetehara, os índios do sul e do nordeste, Galvão observa que, muito embora o contato entre a cultura tribal e a cultura cabocla seja nesses casos bastante antigo, não levou a uma transformação completa do índio em caboclo (como previra, conjuntamente com C. Wagley, que ocorresse com os Tenetehara em poucas décadas). O importante seria compreender, prossegue o autor, que os dois grupos étnicos mantêm “configurações culturais diferentes”, resultado, no caso do caboclo, de sua limitada capacidade de assimilação da cultura e da tecnologia do índio, e no caso do índio, da decisão de resguardar a sua condição de índio (e para isso reforçar elementos culturais identificados como tradicionais) para garantir o acesso aos recursos básicos de sobrevivência em áreas densamente povoadas. Para ele, esse aparente reforço de valores tradicionais deve ser visto como um “mecanismo de assimilação” do índio a novas condições, pelo fato de sua plena integração se dar nos estratos mais pauperizados

e desprotegidos da população rural brasileira.

C. As reflexões apresentadas por Galvão não resultaram, porém, em uma tentativa sistemática de desenvolver uma abordagem nova das sociedades indígenas brasileiras; em outros trabalhos retornou aos esquemas elaborados por R. Redfield. Foi com a noção de fricção interétnica desenvolvida por R. Cardoso de Oliveira que começou de fato a delinear-se um espaço novo para a pesquisa etnológica no Brasil.

A sua primeira formulação surgiu no texto *Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil* (in: *América Latina*. Rio de Janeiro, 1962. v.V, n3, p. 85 – 90), onde é apresentado o quadro teórico que orientaria as pesquisas feitas com diferentes grupos indígenas (os Terêna, os Tukuna, os Gavião, os Krahô, os Suruí e os Asuriní). Ao propor que as pesquisas deveriam centrar-se nos aspectos relativos ao contato entre esses grupos indígenas e a sociedade nacional, Cardoso de Oliveira procura evitar na abordagem proposta desmandos de duas vertentes de análise do meio rural brasileiro, uma caracterizada pela consideração quase exclusiva dos aspectos locais (o que configura a linha de estudos de comunidade), outra voltada para a descrição de amplos processos que transformariam as relações sociais e o conjunto de atitudes próprias ao camponês (a linha de estudos de modernização).

C.1. Dois aspectos são enfatizados por R. Cardoso de Oliveira como cruciais na definição na definição de fricção interétnica, permitindo contrastar essa análise com a abordagem em termos de aculturação. Em primeiro lugar, como já indica o próprio termo utilizado pelo autor (fricção), as relações entre os grupos étnicos não podem ser pensadas unicamente como uma transmissão consensual de elementos de cultura, mas como um processo primordialmente conflitivo, que envolve muitas vezes interesses e valores contraditórios. Em segundo lugar, Cardoso de Oliveira substitui a ênfase excessiva na cultura por uma visão mais sociológica e observa que em sua perspectiva “o fulcro da análise não deve ser o aludido patrimônio cultural, mas as relações que têm lugar entre as populações ou sociedades em causa” (*Aculturação e fricção interétnica*. In: *América Latina*. Rio de Janeiro, 1963. v. VI, n. 3; e *Introdução*. In: *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 1964; 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1972.

C.2. Da noção de fricção interétnica o autor passa à definição do sistema interétnico como formado pelas relações entre “duas populações dialeticamente “unificadas” através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes , por paradoxal que pareça” (CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Op. cit., 1962. p. 84 -5). A seu ver os sistemas societários em interação passam a constituir subsistemas de um outro mais inclusivo, que caracteriza como o sistema interétnico.

Em um artigo posterior (Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica. In: Revista do Instituto de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1967. v. IV, n.1; mais tarde publicado na coletânea do mesmo autor Sociologia do Brasil indígena, 1972. 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978) procura precisar uma noção utilizada de forma operativa em textos anteriores.

O autor define o potencial de integração de um grupo indígena em uma determinada situação de fricção interétnica como “aquelas características do sistema interétnico que, presentes na situação de contato, poderão ser tomadas como os elementos responsáveis pela integração” (CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Op. cit., 1978. p.87). Ao mencionar a existência de níveis de operação do sistema interétnico (o econômico, o social e o político) aponta a necessidade de se apreender os mecanismos de integração aí presentes, por meio dos quais se criam dependências mútuas entre atores sociais pertencentes a diferentes grupos étnicos. Exemplificando com o nível econômico, observa que em muitas situações o índio forneceria matéria – prima e dependeria das mercadorias fornecidas pelo branco, ficando este em oposição recíproca (Ibid., p. 88).

Outra formulação importante adiantada no mesmo artigo de 1967 é o estabelecimento de uma equivalência lógica entre a noção de fricção interétnica e o que os sociólogos chamam de luta de classes. O autor argumenta que os subsistemas tribal e nacional, que constituem o sistema interétnico, mantêm a mesma correspondência lógica que tem entre si as classes sociais e a sociedade brasileira (Ibid., p. 85). Mais tarde o autor aprofunda essas reflexões, observando que a equivalência lógica (“mas não ontológica”) não implica negar ou desconhecer que o subsistema tribal possa ocupar uma posição na estrutura de classes (Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976). Nas formulações mais recentes é desenvolvida a ideia de que não se trata de fenômenos excludentes, mas de tipos diferentes de clivagens que podem ser utilizadas para pensar a diferença entre grupos sociais, ora predominando na construção do observador a ênfase na linha étnica, ora sendo salientada a linha de classes.

C.3. Cabe destacar a importância que tiveram para a elaboração da teoria dos sistemas interétnicos algumas noções elaboradas por sociólogos estrangeiros. Deve ser lembrada inicialmente a noção de situação colonial, forjada por G. Balandier (Sociologie actuelle de l'Afrique noire. Paris, PUF, 1955), para o estudo das antigas sociedades tribais africanas, agora reunidas em Estados – nações por imposição da administração colonial. R. Cardoso de Oliveira se apoiou nessa concepção para sublinhar aspectos conflitivos e impositivos da situação de contato, comparando em termos político – jurídicos a condição dos grupos indígenas, subordinados à sociedade nacional envolvente, ao “status de nações ocupadas” (op. cit., 1964).

Outra colocação teórica que concorreu para a conceituação do fenômeno de fricção interétnica foi a noção de colonialismo interno, elaborada inicialmente por R. Stavenhagen e depois retomada por P.G. Casanova (Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. In: América Latina. Rio de Janeiro, 1963. v. V, n.3). A temática do colonialismo interno, logo incorporada à teoria da fricção interétnica, era extirpar a abordagem culturalista dos estudos regionais, mas também como instrumento conceptual que oferecia uma alternativa concreta à análise tradicional das classes sociais (A noção de colonialismo interno na etnologia. In: Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, 1966. v. IV, n.8).

C.4. Mais recentemente (op. cit., 1976), R. Cardoso de Oliveira procura associar à noção de fricção interétnica uma problemática nova, derivada principalmente de pesquisas atuais sobre o fenômeno de construção das identidades étnicas, como um capítulo do estabelecimento de identidades sociais em geral. Para isso utiliza-se das contribuições de autores como F. Barth, W.H. Goodenough, A. Cohen, debatendo as posturas metodológicas assumidas por J.C. Mitchell e outros. Já algumas pesquisas têm sido conduzidas dentro dessa linha de preocupações, apresentando interessantes resultados no plano teórico (ver DA MATTA, R. Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica. In: Revista Dados. Rio de Janeiro, 1966. v. 13, p. 33 -54).

D. Embora a noção de fricção interétnica tenha surgido na década dos 60, existem poucas tentativas de avaliação crítica da abordagem aí encaminhada. J.S. Leopoldi compara sistematicamente esta noção com as teorias elaboradas por D. Ribeiro, concluindo pela maior consistência lógica da primeira e pela dificuldade de se pensar uma interdependência do subsistema tribal com o nacional, uma vez que este último dispõe de uma capacidade impositiva altamente assimétrica em face daquele (El contato interétnico: una perspectiva integrada. In: América indígena. México, 1977.v. 37, n.4).

Estudando as populações indígenas do nordeste, P.M. Amorim aponta para uma questão idêntica ao mostrar que se os índios dependem dos brancos para obtenção de mercadorias e de dinheiro, é praticamente nula a dependência dos brancos em face da produção indígena ou do fornecimento de força de trabalho (Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do nordeste brasileiro. In: Boletim do Museu do Índio. Rio de Janeiro, 1975. Antropologia, 2). Amorim (op. cit., p. 14), no entanto, reinscreve suas observações na teoria dos sistemas interétnicos ao caracterizar a situação dos índios do nordeste como um caso limite de potencial de integração.

Em uma resenha de Os índios e a civilização (ver Encontros com a civilização brasileira. Rio

de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1978. p. 253 -60), J. Pacheco de Oliveira procura explicitar as diferentes posturas teóricas que sustentam as teorias de D. Ribeiro e R. Cardoso de Oliveira sobre o contato interétnico. Nesse texto, e mais detalhadamente em *A fronteira e a viabilidade do campesinato indígena* (in: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1980), são indicados alguns pressupostos funcionalistas dessa teoria, que parece remeter às exigências de um modelo de equilíbrio e à definição prévia dos limites de cada sistema e subsistema social. É retomada a partir de m. Gluckman a preocupação com a análise das situações sociais (o que já inspirara anteriormente G. Balandier para a construção da situação colonial), adotando – se uma posição metodológica processualista, onde a delimitação dos campos (e não dos sistemas) decorre da própria investigação e das opções do pesquisador.

D.1. Uma linha muito recente de autores tem procurado orientar os estudos sobre contato entre grupos indígenas e a sociedade brasileira através de algumas categorias consagradas da análise marxista (como modo de produção, formação econômico – social). Algumas referências esparsas à teoria do contato interétnico elaborada por D. Ribeiro sugerem que esses autores a preferem à noção de fricção interétnica, da qual no entanto não estabelecem uma avaliação crítica mais detida. Entre tais pesquisas cabe destacar especialmente os trabalhos de C. Junqueira (*Os índios do Ipavu*. São Paulo, Ática, 1975; *Trabalho indígena, trabalho volante e estrutura agrária no estado de São Paulo*. In: *Revista CERU*. São Paulo, 1978. v. 11, n.1, p. 93 -101) e de E. de Assis Carvalho (*A alternativa dos vencidos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979).

D.2. Para concluir, é necessário deixar claro que, mais do que um conjunto de conceitos e teorias, a fricção interétnica se constitui em uma das linhas fundamentais de pesquisa na etnologia brasileira, aquela que orientou de forma integrada um vasto conjunto de pesquisas sobre grupos tribais brasileiros. Para dar uma ideia da amplitude dessas pesquisas são arrolados a seguir alguns dos principais trabalhos produzidos dentro dessa perspectiva: LARAIA, R. de Barros. *Arranjos poliândricos na sociedade Suruí*. In: *Revista do Museu Paulista* (n.s.). São Paulo, 1963. v.14, p. 71-6; DA MATTA, R. *Notas sobre o contato e a extinção dos índios Gavião do médio rio Tocantins*. In: *Revista do Museu Paulista* (n.s.). São Paulo, 1963. v.14, p. 182 – 202; SOARES, E. Diniz. *Convívio interétnico e aglutinação intergrupala*. In: *Revista do Museu Paulista* (n.s.). São Paulo, 1963. v. XIV, p.213 – 20; RUBINGER, M. Magalhães. *O desaparecimento das tribos indígenas em Minas Gerais e a sobrevivência dos índios Maxakalí*. In: *Revista do Museu Paulista* (n.s.). São Paulo, 1963. v. XIV, p. 233 – 61; LAS CASAS, D. de. *Índios e brasileiros no vale do rio Tapajós*. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (n.s.). Belém, 1964. *Antropologia*, 23; MELATTI, J.C. *Índios e criadores: a situação dos Krahó na área pastoril do Tocantins*. Rio de Janeiro, Inst. de Ciências

Sociais, UFRJ, 1967; LARAIA, R. de Barros & DA MATTA, R. Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins. São Paulo, Difel, 1967; SOARES, E. D. O perfil de uma situação interétnica. Os Makuxí e os regionais de Roraima. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (n.s.). Belém, 1966. Antropologia, 31; AMORIM, M.S. de. A situação dos Maxakalí. In: Revista do Instituto de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1967. v.4, n.1, p. 3-25; Santos, S. Coelho dos. A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, UFSCAR, 1970; AMORIM, P. M. Índios camponeses: os Potiguara da baía da Traição. In: Revista do Museu Paulista. São Paulo, 1971; SOARES, E. D. Os índios Makuxí de Roraima. Marília, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras, 1972; SANTOS, S. Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis, Edeme, 1973.

João Pacheco de Oliveira.